

dente desta Câmara Municipal, por despacho de 21 de Julho de 2006, nomeou os seguintes candidatos:

Pedro Miguel Trindade Carromão.
Paulo Jorge Alves Correia.
Jorge Miguel Franco António.
Ana Sofia Gonçalves Marreiros.

Mais se torna público que as nomeações foram feitas por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

(Isentos do visto prévio do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304662

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe.

No seguimento da abertura do concurso em epígrafe, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 151, de 8 de Agosto de 2005, torna-se público que o presidente desta Câmara Municipal, por despacho de 21 de Julho de 2006, nomeou o seguinte candidato: Abílio José Inácio Carvalho.

Mais se torna público que a nomeação foi feita por urgente conveniência de serviço e teve início em 1 de Agosto de 2006.

(Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304663

Aviso

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de fiel de armazém

No seguimento da abertura do concurso em epígrafe, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 243, de 21 de Dezembro de 2005, torna-se público que o presidente desta Câmara Municipal, por despacho de 17 de Julho de 2006, nomeou o seguinte candidato: Sérgio Fernando Conceição Rodrigues.

Mais se torna público que a nomeação foi feita por urgente conveniência de serviço e teve início em 1 de Agosto de 2006.

(Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304659

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que foram renovados, nos termos previstos da conjugação do n.º 1 do artigo 2.º, n.º 2 do artigo 10.º e n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e n.º 1 do artigo 8.º e artigo 139.º do Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), os seguintes contratos de trabalho a termo certo, atendendo a que se mantêm os motivos que originaram às referidas contratações, com os seguintes trabalhadores:

Maria Manuela Marreiros, com as funções correspondentes às de técnica superior (área de comunicação social), pelo prazo de três anos, com efeitos a 11 de Agosto de 2006.

Sara Ramos Jacinto Espiridião, com as funções correspondentes às de técnica superior (geografia e planeamento regional), pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Sérgio Roberto Marreiros Pinto, com as funções correspondentes às de técnico de informática, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Ana Isabel Martinho Candeias, Efigénia Conceição Fernandes Segundo Santos, Fernanda Maria Marçal Poço Fonseca Barata e Anabela Pereira Neff Ferreira, com as funções correspondentes às de fiel de refeitório, pelo prazo de um ano, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304673

Aviso

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, nos termos previstos na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, entre esta autarquia e a trabalhadora Sónia Alexandra Magalhães de Jesus Tomás, com início a 1 de Agosto de 2006, na categoria de técnico de gestão agrícola, escalão 1, índice 222.

O contrato será válido pelo período de um ano, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304672

Aviso

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, nos termos previstos na Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com as especificidades constantes da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, entre esta autarquia e o trabalhador António José da Silva Fernandes Pereira, com início a 1 de Agosto de 2006, na categoria de técnico superior de história, escalão 1, índice 321.

O contrato será válido pelo período de um ano, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto.

1 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304671

Aviso

Renovação de comissão de serviço

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 26 de Junho de 2006, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, procedi à renovação por mais três anos, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local por força do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2006, de 7 de Junho, a seguinte comissão de serviço:

Dr. Pedro Miguel Cunha Pereira, no cargo de chefe da Divisão Financeira, com efeitos a 1 de Outubro de 2006.

(Isento do visto prévio do Tribunal de Contas.)

28 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel António da Luz*. 1000304670

Aviso

Renovação de comissão de serviço

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 26 de Maio de 2006, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, procedi à renovação por mais três anos, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local por força do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo